

# Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 10

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad acredita que PIB vai crescer 3% neste ano..... 3

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Padilha fala em R\$ 29 bi de emendas liberados e promete mais verbas..... 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad diz que "BC precisa fazer o trabalho dele" para o país crescer..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tese de PIB potencial maior perdeu fôlego, defende economista..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Análise: desafio de Haddad é fechar ano com reforma tributária..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

IBP apoia reforma tributária, mas vê com preocupação algumas propostas para o setor  
..... 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Campos Neto: "ninguém" espera déficit zero em 2024..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda cede e JCP deve ser incorporada ao relatório da MP das subvenções..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

No relativo, Brasil está atrativo para investidores estrangeiros, aponta BNP..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com acordo em xeque, líderes se reúnem no Rio..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - A FUNDO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Amazônia precisa de verba, polícia e registro de terra..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

PIB desacelera e pressão por gastos no governo aumentará..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Sem a força do agronegócio e com juro alto, economia tem alta modesta..... 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Haddad projeta 2,5% no ano e cobra BC por Selic..... 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

|  |    |
|--|----|
| Bancos reforçam expectativa de PIB em torno de 3% no ano .....               | 28 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS<br>ECONOMIA                       |    |
| Índice mostra País estagnado .....   | 29 |
| O GLOBO - RJ - ECONOMIA<br>ECONOMIA  |    |
| Quarta queda seguida acende sinal de alerta sobre crescimento futuro .....   | 31 |
| O GLOBO - RJ - ECONOMIA<br>ECONOMIA  |    |
| "Resultado aponta para desaceleração da economia" .....                      | 33 |
| O GLOBO - RJ - ECONOMIA<br>ECONOMIA  |    |
| Consultoria da Câmara defende bloqueio de R\$ 56 bi .....                    | 34 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL<br>ECONOMIA                                    |    |
| PIB per capita caminha para retomar neste ano recorde atingido em 2013 ..... | 35 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS<br>ECONOMIA                                  |    |
| Dólar cai e bolsa sobe com PIB local e emprego nos EUA .....                 | 36 |

# Haddad acredita que PIB vai crescer 3% neste ano

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reafirmou ontem que a economia brasileira vai crescer 3% neste ano. A declaração acontece no mesmo dia em que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dados que mostram que o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil perdeu força no terceiro trimestre deste ano, com avanço de 0,1% em relação ao segundo trimestre. Haddad participou ontem da transmissão ao vivo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas redes sociais, o Conversa com o Presidente. A transmissão foi feita de Berlim, na Alemanha.

O país europeu é a última parada da viagem internacional que Lula iniciou na semana passada. Ele passou por Arábia Saudita, Qatar e Emirados Árabes Unidos, onde participou da COP 28. "Nós atingimos uma taxa de juros muito elevada em julho, um patamar mais alto de taxa de juro, e o Banco Central começou a cortar taxa de juros a partir de agosto. Então quero crer que, com as medidas que estamos tomando no Congresso, com o Congresso aprovando as medidas que estamos encaminhando, inclusive a **Reforma Tributária**, que vai ser a primeira feita em regime democrático e a mais ampla da nossa história, mais as leis e medidas provisórias que encaminhamos, o brasileiro pode esperar uma economia cada vez mais forte", completou o ministro.

A desaceleração do **PIB** no terceiro trimestre vem após a atividade econômica registrar desempenho acima do esperado na primeira metade de 2023. O indicador havia sido impulsionado pela agropecuária no primeiro trimestre, quando o crescimento chegou a 1,4%, e por parte dos serviços e da indústria no segundo, quando a alta foi de 1%. Houve revisões nos dados desses trimestres. Inicialmente, os resultados sinalizavam um avanço maior de janeiro a março deste ano (1,8%) e uma alta menor de abril a junho (0,9%). Conforme o IBGE, as duas revisões ficaram mais relacionadas à agropecuária, já que o instituto incorporou novas estimativas do setor.

A variação de 0,1% no terceiro trimestre marca a terceira taxa positiva do **PIB** em sequência. Com o resultado, o indicador está novamente no maior patamar da série histórica, com dados desde 1996. Também opera 7,2% acima do nível pré-pandemia, do quarto trimestre de 2019. Pelo lado da oferta, 2 dos 3 grandes setores econômicos avançaram de julho a

setembro. Tanto a indústria quanto os serviços registraram alta de 0,6%. A agropecuária, por outro lado, caiu 3,3%, sob impacto do fim da safra de soja.

"A agropecuária atingiu o seu maior patamar no trimestre passado e neste há a saída da safra da soja, a maior lavoura brasileira, que é concentrada no primeiro semestre. Então há a comparação de um trimestre em que há um grande peso da soja com outro em que ela não pesa quase nada", disse a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis. A queda do setor, segundo a pesquisadora, era esperada. Ela também destacou que 2023 "está sendo um bom ano" para a agropecuária, que acumula alta de 18,1% até o terceiro trimestre.

Na indústria, o IBGE ponderou que o único crescimento foi registrado pelo setor de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (3,6%), influenciado pelo crescimento no consumo de energia. "Está sendo um ano bom para o setor, sem problemas hídricos e com bandeira verde. Também foi muito quente, o que favoreceu o consumo de eletricidade e de água", apontou Palis.

## Trabalho

De julho a setembro de 2023, o Brasil ainda registrou sinais positivos no mercado de trabalho, de acordo com dados do próprio IBGE. A geração de vagas de emprego formal e o aumento da renda média e da massa salarial foram vistos como fatores de estímulo para o consumo de bens e serviços. O BC (Banco Central) até iniciou em agosto o ciclo de cortes da taxa básica de juros (Selic), mas analistas alertam que o reflexo dessa medida tende a aparecer com algum atraso na atividade econômica.

Com o aperto da política monetária e o fim do impulso da safra agrícola, instituições financeiras passaram a prever perda de fôlego para o **PIB** no terceiro trimestre. O que não aparecia na maioria das previsões era a variação positiva. **Inflação** mais moderada e crescimento do crédito também teriam ajudado o consumo das famílias, conforme o IBGE. "Por outro lado, apesar de começarem a diminuir, os juros seguem altos e as famílias seguem endividadas", disse Palis.

No acumulado de 2023, a projeção do mercado

financeiro é de crescimento de 2,84% para o indicador, conforme a mediana da edição mais recente do boletim Focus, divulgada pelo BC na segunda-feira, ou seja, antes da publicação dos dados do **PIB** de julho a setembro. A estimativa para 2024 é de avanço menor, de 1,5%

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/06/12/2023/p1>

# Padilha fala em R\$ 29 bi de emendas liberados e promete mais verbas

**BRUNO GÓES**

No momento em que o governo negocia com o Congresso o avanço de projetos prioritários da pauta econômica e a manutenção de vetos presidenciais, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, entregou ontem a líderes de Câmara e Senado um balanço sobre a liberação de emendas parlamentares até aqui e afirmou que o ritmo de repasses será "acelerado" até o fim do ano. Ele disse aos congressistas que a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva já empenhou R\$ 29,7 bilhões de emendas. Isso significa que esse montante já foi reservado para ser pago.

Pelos cálculos do Palácio do Planalto, o volume empenhado até agora representa um crescimento de 79% em relação aos 12 meses de 2022, no último ano de Jair Bolsonaro. A reunião, de acordo com Padilha, contou com a presença de integrantes de ministérios responsáveis pela execução orçamentária das emendas, como as pastas de Desenvolvimento Regional, da Agricultura, de Saúde, das Cidades. Faltando menos de um mês para o final do ano, o Planalto prometeu intensificar os esforços para liquidar pendências burocráticas junto a congressistas e prefeituras.

## ARTICULAÇÃO INTENSA

Na semana passada, como informou O GLOBO, o Palácio do Planalto já se planejava para receber deputados e senadores para acelerar a destinação de recursos oriundos do antigo orçamento secreto. Essa verba foi alocada no caixa dos ministérios, mas é indicada por parlamentares. Padilha admitiu que há cobranças neste sentido, mas esses dados não foram incluídos na planilha distribuída pela SRI. Até a semana passada, R\$ 8,7 bilhões ainda estava represado.

-Foi uma reunião para reforçar aos ministérios para que a gente possa manter um ritmo acelerado de execução das emendas parlamentares até o final do ano-disse Padilha, que acrescentou: - Mostramos os dados aos líderes. Nós temos, de empenho, 80% de emendas a mais (do que em 2022).

O documento mostra que houve um aumento em relação ao ano anterior, de 75% no empenho de

emendas individuais; 12% a mais em emendas de bancada; e 1.360% a mais em emendas de comissão - esta última modalidade foi turbinada pelo Congresso em votação do orçamento no ano passado.

As emendas são o instrumento por meio do qual deputados e senadores podem destinar verbas da União para melhorias em seus estados. A discussão em torno do ritmo da liberação tornou-se uma arena de disputas entre Planalto e Congresso. As emendas individuais são impositivas, ou seja, o governo é obrigado a desembolsá-las. E é o próprio Executivo quem define o calendário de pagamentos. Na prática, isso permite que o Planalto negocie a liberação das verbas às vésperas de votações importantes para o governo.

Congressistas articulam para tentar mudar as regras e transferir para o Parlamento a incumbência sobre o calendário de liberação das emendas, o que aumentaria a autonomia e a independência do Legislativo sobre o Executivo. O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputado Danilo Forte (União-CE), avalia incluir a alteração em seu parecer, que precisaria ser aprovado pelo Congresso para que a regra entrasse em vigor.

Na reta final dos trabalhos legislativos, além da própria LDO, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, trabalha para aprovar a medida provisória (MP) que aumenta a tributação de empresas que têm benefícios no ICMS para custeio. Outra prioridade do Planalto que ainda encontra entraves à aprovação é a **reforma tributária**, em discussão na Câmara.

Além da pauta econômica, o Planalto age para manter vetos que Lula impôs a propostas aprovadas pelo Parlamento. Agora, cabe ao mesmo Congresso decidir se mantém ou derruba as canetadas do presidente. Entre esses vetos está o que freou a validação do marco temporal das terras indígenas, que deverá ser apreciado nos próximos dias.

"Mostramos os dados aos líderes. Nós temos, de empenho, 80% de emendas a mais (do que em 2022)"

"Foi uma reunião para reforçar aos ministérios que a gente possa manter um ritmo acelerado de execução das emendas parlamentares até o final do ano"

Alexandre Padilha, ministro responsável por fazer a articulação com o Congresso

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Haddad diz que "BC precisa fazer o trabalho dele" para o país crescer

**RENAN MONTEIRO E ALICE CRAVO**

Ao comentar o resultado do **PIB** ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que "o Banco Central precisa fazer o trabalho dele" no processo de corte de juros para que o país garanta o crescimento esperado neste ano e em 2024. Para ele, a economia crescerá mais de 3% em 2023.

-O Banco Central começou a cortar a taxa de juros só em agosto. Nós tivemos um **PIB** positivo, mas fraco. Com os cortes nas taxas de juros, nós esperamos que este ano fechemos o **PIB** em mais de 3% de crescimento e esperamos um crescimento na faixa de 2,5% no ano que vem. Mas o Banco Central precisa fazer o trabalho dele - disse o ministro, em conversa com jornalistas na Alemanha.

A fala remete às críticas recorrentes do governo Lula contra o BC por conta da taxa básica de juros. Isso durou até meados do ano, quando o Banco Central iniciou o ciclo de cortes na Selic.

"MELHOR DO QUE O ESPERADO"

Haddad também participou da transmissão ao vivo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas redes sociais. Ela foi feita de Berlim, na Alemanha, última etapa da viagem internacional de Lula.

- Quero crer que, com as medidas que estamos tomando no Congresso, com o Congresso aprovando as medidas que estamos encaminhando, inclusive a **Reforma Tributária**, mais as leis e medidas provisórias que encaminhamos, o brasileiro pode esperar uma economia cada vez mais forte - completou o ministro.

Também na transmissão ao vivo, o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Paulo Pimenta, afirmou que o resultado do **PIB** para o terceiro trimestre é a garantia de que a economia brasileira crescerá mais de 3% em 2023. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, por sua vez, comentou que o ano de 2023 foi melhor que o esperado no crescimento econômico, na **inflação** e no nível de emprego.

- O ano de 2023 foi bem melhor do que o esperado. Tínhamos projeções de crescimento de 0,5%, e eu tive

que escutar várias vezes ao longo do ano que o crédito iria colapsar, que o juros iriam fazer as empresas quebrarem, e o desemprego iria subir. Não aconteceu nada disso - disse, em almoço promovido pela Frente Parlamentar do Empreendedorismo.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Tese de PIB potencial maior perdeu fôlego, defende economista

**Marsílea Gombata**

A quarta queda trimestral consecutiva do investimento coloca em xeque a tese de um **PIB** potencial maior no Brasil, afirma Marcela Rocha, economista-chefe da Principal Claritas.

Os dados divulgados ontem pelo IBGE mostram queda de 2,5% do investimento no terceiro trimestre, ante o segundo. Na comparação com o terceiro trimestre de 2022, o recuo foi de 6,8%.

O cenário de queda prolongada do investimento contrasta com o consumo das famílias resiliente, decorrente de estímulos fiscais e um mercado de trabalho vigoroso, diz a economista.

"O dado confirmou a desaceleração da economia, que era amplamente antecipada", afirmou. "Mas chama atenção a composição desse **PIB** por mostrar uma resiliência do consumo e uma fraqueza do investimento."

Segundo Rocha, podem explicar a queda do investimento as taxas de juros ainda altas, dúvidas no cenário global, e incertezas sobre a **reforma tributária** no Brasil. Mas, diante do quarto trimestre seguido de queda, diz, perde fôlego a tese de um **PIB** potencial mais forte aqui no Brasil.

"Temos um debate acalorado nos últimos trimestres se essa conjuntura de surpresas altistas, em que o crescimento, no momento em que a **inflação** desacelera até mais que o esperado, poderia ser uma evidência de um **PIB** potencial maior aqui no Brasil. Esse debate ainda segue válido. Mas quando vemos o investimento recuando há quatro trimestres consecutivos, ficamos com um pé atrás", diz. "Essa queda do investimento coloca em xeque a tese de um **PIB** potencial maior no Brasil."

Consumo X investimento

Recebemos com surpresa o resultado. Afinal, a nossa expectativa era retração de 0,1 %, e o **PIB** cresceu 0,1 %. É um número que ainda indica uma **desaceleração** importante da economia. Afinal, até com o mesmo com as revisões do IBGE, o que vimos foi um **PIB** do segundo trimestre mais forte, crescendo 1%. Então, o dado confirmou a desaceleração da economia que era

amplamente antecipada. As surpresas foram que a intensidade dessa desaceleração não foi tão forte como imaginávamos e, o mais importante, a composição deste **PIB**.

Quando olhamos o desempenho pelo lado da demanda, a surpresa ficou por conta principalmente do consumo das famílias e do governo. O consumo das famílias cresceu 1,1%, sendo que nossa estimativa era de alta de 0,2% e o do governo cresceu 0,5%, quando o esperado por nós era queda de 0,3%.

A notícia negativa pelo lado da demanda foi o investimento recuando 2,5%, sendo que esperávamos 0,9%. Mas por que isso então não surpreende? Pelo fato de haver resiliência do consumo em um ambiente que as taxas de juros ainda estavam altas, em um ambiente em que consumo já havia sido favorecido ao longo dos últimos dois trimestres. Claro que ainda existem fatores para explicar esse consumo melhor. A taxa de desemprego estava baixa, a criação de vagas, alta. Houve uma desaceleração importante da **inflação**, liberando uma renda real maior para o consumidor, mas chama atenção a composição desse **PIB** por mostrar resiliência do consumo e fraqueza do investimento.

"Chama atenção a composição do **PIB** por mostrar resiliência do consumo e fraqueza do investimento"

Oferta

Pelo lado da oferta, tivemos serviços bem acima do esperado, crescendo 0,6%, quando esperávamos somente 0,2%. E a indústria ficou um pouquinho abaixo do esperado. Cresceu 0,6%, quando esperávamos alta de 0,7%. Para a de transformação tínhamos 0,4% e veio 0,1 % de alta. É uma indústria mais fraca, conversando com investimento.

Queda do investimento

Ainda não há como concluir o porquê dessa fraqueza do investimento. Acho que podem ser vários fatores. Taxa de juros ainda alta, dúvidas no cenário global, a questão de incertezas até mesmo sobre qual será a **reforma tributária**. Mas o ponto é que são quatro trimestres seguidos de queda. O que faz perder fôlego aquela tese de um **PIB** potencial mais forte aqui no Brasil. Este ainda é um debate em aberto, um debate



válido que ocorrerá nos próximos trimestres.

Quando vemos um **PIB** mais guiado por serviços e por consumo, entendemos que isso é resultado de uma política fiscal ainda expansionista, de um mercado de trabalho robusto, de uma taxa de juros que já começa a impactar a economia.

### **PIB** potencial

Temos um debate acalorado nos últimos trimestres se essa conjuntura de surpresas altistas, em que o crescimento, no momento em que a **inflação** desacelera até mais que o esperado, poderia ser uma evidência de um **PIB** potencial maior aqui no Brasil. Esse debate ainda segue válido. Estamos no meio de um furacão de informações pós-pandemia, reformas sendo feitas, mudanças de taxa de juros globais e locais. Mas quando vemos o investimento recuando há quatro trimestres consecutivos, ficamos com um pé atrás nessa tese de que o **PIB** potencial teve uma elevação surpreendente. Se falamos de setores a serem beneficiados, de um ambiente de negócios mais favorável, de menor incerteza, de ganhos de produtividade, o investimento deveria ser um motor para levar a essa recuperação ou [deveria ter] um desempenho melhor que o restante do **PIB**. Então essa queda do investimento coloca em xeque essa tese de um **PIB** potencial maior no Brasil.

Mas essa análise não pode ser fria, tão dura. Porque o investimento também é afetado pelas condições financeiras atuais, como a taxa de juros ainda alta e incertezas. Por mais que tenhamos tido aprovação do arcabouço no segundo trimestre, ainda havia incertezas a respeito de como o arcabouço seria financiado, onde haveria aumento de arrecadação. Havia uma discussão enorme de uma **reforma tributária** que é benigna pelo Brasil no longo prazo, mas que pode levar uma cautela do setor empresarial, dado que não há certeza de quais serão os regimes, quais serão as taxações. Então, a tese do **PIB** potencial fica em xeque, mas ela não é completamente descartada. Afinal, o investimento foi influenciado negativamente por outros vetores, e a **inflação** continua benigna, o que é um outro ponto surpreendente.

### **Inflação** e BC

Mesmo com consumo forte e serviços forte, tivemos nos últimos meses **inflação** vindo abaixo do esperado com serviços e núcleos mostrando arrefecimento. É um ponto, na minha visão, que conclui que o Banco Central ainda deveria ter cautela. Quando pensamos em política monetária e vemos o Banco Central com cortes de 0,5 ponto percentual no momento como apropriado. Esse ritmo traz alívio para o BC mostrando

que a desaceleração chegou, mas mostra que [o BC] deveria ser cauteloso, já que a demanda doméstica, consumo e serviços continuam fortes.

### Construção

Temos visto fraqueza adicional da construção civil, que caiu 3,8%, bem abaixo da alta de 0,9% que esperávamos. Isso mostra ainda os efeitos defasados da política monetária, o setor ainda não se beneficiando das condições financeiras melhores para obras residenciais, mas também mostra uma oferta de obras comerciais e de infraestrutura ainda paradas. Não só por causa dos juros, mas pela política fiscal que foi muito mais voltada para a transferência de renda do que para novos investimentos.

Apesar dessa queda mais forte, isso não muda o cenário mais positivo para construção. Os juros começam a cair, vemos notícias a respeito de novos investimentos, tem o destravamento de PAC, do Minha Casa Minha Vida por parte do governo, e há uma percepção das famílias com maior confiança, podendo se endividar com esse setor ao longo dos próximos meses.

A construção foi uma surpresa negativa, mas não muda muito a história para os próximos trimestres.

### Medidas do governo

O grande efeito [sobre a atividade] ainda é da PEC da Transição, que não ocorreu neste governo, mas na transição, liberando cerca de R\$ 150 bilhões, grande parte disso para transferência de renda para programas sociais. Essa foi a grande medida que ajudou a impulsionar consumo e serviços, mesmo em um período de taxa de juros altas, mesmo em um período de incerteza. E isso foi potencializado por outras medidas. Teve antecipação de 132, a questão do Desenrola. Tudo isso faz com que as famílias, principalmente aquelas de baixa renda, de maior propensão a consumidor, se sintam mais confortáveis com o seu balanço. Esses elementos fiscais contribuíram para essa surpresa na demanda doméstica.

E, na parte fiscal, a questão do arcabouço ajudou as condições financeiras, a queda da taxa de juros, e talvez ajude um pouco essa melhora do consumo de serviço. Acredito que o impacto maior ficará para 2024, mas demonstra a redução de incerteza para poder impulsionar investimento, que foi a grande frustração, e manter o consumo e os serviços robustos.

A **reforma tributária**, sem dúvidas será extremamente benéfica para o país, reduzindo complexidade e

elevando produtividade, mas há dúvida se no curto prazo isso pode ser um empecilho para a melhora do investimento, já que uma das evidências é o **PIB** caindo pelo quarto trimestre pelo lado da formação bruta de capital fixo.

#### Quarto trimestre e 2024

Ainda não tivemos tempo de calibrar expectativas para o quarto trimestre. Tínhamos retração de 0,3%, e creio que não fugirá muito disso. Além de um novo recuo da agropecuária, esperamos que finalmente haja desaceleração maior de consumo e serviços. Ainda tem um impacto dos juros altos, teria menos benefício desse impulso do fiscal, da transição, da antecipação de 13-, de liberação de renda e teria menos ajuda da **inflação** que não foi tão benigna como no terceiro trimestre, quando houve queda forte de preços de alimentos.

Com o número melhor do terceiro trimestre, o carregamento estatístico para o ano que vem melhorou um pouco, está em 0,3%. Mas ainda não mudamos os grandes números. Por enquanto, temos 2,9% para 2023 e 1,6% para o ano que vem.

#### Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Tese de **PIB** potencial maior perdeu fôlego, defende economista

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231205/>

# Análise: desafio de Haddad é fechar ano com reforma tributária

Luiz Carlos Azedo

+

O governo respirou aliviado, nesta terça-feira, com a divulgação do **PIB** do terceiro trimestre, que veio baixo, mas acima das expectativas do mercado. Apesar da desaceleração, o crescimento de apenas 0,1% do Produto Interno Bruto (soma dos bens e serviços produzidos) foi comemorado pelos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet. Haddad havia dito na Alemanha que o **PIB** deste ano deve fechar em torno de 3%, mas havia projeções pessimistas por parte dos agentes econômicos.

A notícia é boa porque também legitima as pressões para o Banco Central (BC) manter a tendência decrescente da taxa de juros. Esperamos que neste ano nós fechemos o **PIB** em mais de 3% de crescimento e esperamos um crescimento na faixa de 2,5% no ano que vem. Mas o Banco Central precisa fazer o trabalho dele, afirmou Haddad.

Simone Tebet é mais otimista e espera uma expansão do **PIB** de 3,1%. Isso é mais do que a média mundial. Crescimento da economia e da renda traz melhoria de vida aos brasileiros, razão maior do nosso trabalho, comemorou no X, o antigo Twitter. Do ponto de vista político, o resultado alivia as pressões sobre a equipe econômica, que enfrenta o fogo amigo de uma parte do governo e a desconfiança do mercado em relação à viabilidade da meta de deficit zero em 2024.

O Brasil teve o quinto melhor desempenho entre os países do G20 (grupo das 20 maiores economias do planeta) que já divulgaram o **PIB** do terceiro trimestre. O crescimento de 0,1% em relação ao trimestre anterior foi igual ao da França e só perdeu para os da Coreia do Sul (0,6%), da Indonésia (0,8%), do México (0,9%) e dos Estados Unidos (1,3%). O **PIB** também deve crescer no quarto trimestre, devido à queda dos juros e aos estímulos ao investimento e à construção de moradias populares.

Como o governo se recusa a enxugar seus gastos de custeio, a gestão fiscal precisa ser reforçada pelo lado da receita. O desafio é promulgar a **reforma tributária** ainda neste ano. Nesta terça-feira, em visita ao Congresso, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, intensificou as conversas com os líderes para aprová-la. Como o texto sofreu

modificações no Senado, precisa ser novamente apreciado pela Câmara. O vai-e-vem entre as duas Casas pode inviabilizar a reforma.

O governo gostou da proposta do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que sugere fatiar a reforma e promulgar o que foi aprovado pela Câmara e pelo Senado, deixando as demais mudanças feitas apenas pelos senadores para depois. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não concorda com essa tese. A hipótese de fatiamento depende ainda do entendimento do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da proposta na Câmara.

O vice-presidente Geraldo Alckmin, ministro do Desenvolvimento, da Indústria, Comércio e Serviços, tem atuado junto aos setores empresariais em defesa da **reforma tributária**. Durante o 28º Encontro Anual da Indústria Química (Enaiq) 2023, evento tradicional do setor químico promovido pela Abiquim, na segunda-feira, Alckmin defendeu a **reforma tributária** com muita ênfase. Segundo ele, o **PIB** deve crescer 10% em 15 anos com a nova estrutura tributária. Para Alckmin, a transição da tributação na origem para a tributação no destino eliminará a guerra fiscal entre os estados.

## Fundo eleitoral

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 (PLN 4/23), deputado Danilo Forte (União-CE), aguarda a aprovação da **reforma tributária** para apresentar seu parecer. Um dos temas polêmicos é o aumento de 150% do Fundo Eleitoral destinado ao pleito municipal, no próximo ano, em relação a 2020, que deve chegar a R\$ 5 bilhões. Para financiar a campanha eleitoral, Forte pretende retirar recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), menina dos olhos da política de investimentos do presidente Lula.

O governo previu apenas R\$ 900 milhões para o Fundo Eleitoral na proposta orçamentária, mas foram gastos cerca de R\$ 5 bilhões nas eleições gerais do ano passado. A Comissão Mista de Orçamento já aprovou uma reserva temporária desse valor, retirada das emendas de bancadas estaduais. Entretanto, há uma rebelião nas bancadas, porque reduziria o valor total dessas emendas de R\$ 17,5 bilhões para R\$ 12,5 bilhões.

Danilo Forte ainda espera pareceres técnicos sobre os contingenciamentos de recursos em 2024, após a aprovação das novas regras fiscais (Lei Complementar 200/23). Com base no novo arcabouço fiscal, o senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP) apresentou emenda à LDO para que o contingenciamento máximo respeite um crescimento mínimo das despesas de 0,6% em relação a 2023. A cada dois meses, o governo precisará verificar se a meta fiscal corre risco de não ser cumprida e aí decide pelos bloqueios. Para 2024, a meta é de déficit zero.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br)

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - DF  
Desafio de Haddad é fechar ano com [reforma tributária](#)

**Site:**

<https://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/12/6665729-analise-desafio-de-haddad-e-fechar-ano-com-reforma-tributaria.html>

# IBP apoia reforma tributária, mas vê com preocupação algumas propostas para o setor

## *Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás*

O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), principal entidade de representação do setor de óleo e gás no país, apoia a **reforma tributária** pela modernização que trará ao sistema fiscal brasileiro. Entretanto, o Instituto vê com preocupação dois pontos presentes no texto que será apreciado na Câmara dos Deputados.

A eventual aprovação das propostas vindas do Senado, relacionadas ao Imposto Seletivo e a isenção de **impostos** de importação pela Zona Franca de Manaus (ZFM), trará consequências para a competitividade de alguns setores industriais e, o mais grave, impacto direto nos preços praticados, causando **inflação**.

A incidência do novo Imposto Seletivo afetará diretamente o setor de petróleo, gás e derivados, impactando decisões de investimentos de empresas e potenciais investidores que levarão em conta o aumento de custos e a diminuição do retorno do capital investido. Afetará também o segmento de gás natural, em um movimento que vai na contramão de iniciativas do governo, que lançou recentemente os programas "Gás para Empregar" e "Gás para a Indústria" com o objetivo de aumentar a competitividade do energético.

Além disso, trará ainda impactos no custo da energia elétrica, já que derivados do petróleo e gás são insumos importantes para a geração de energia. Por fim, a introdução e cobrança do Imposto Seletivo na atividade de extração de petróleo e gás levará à oneração de bens e serviços em diferentes segmentos produtivos que utilizam o petróleo e seus derivados como insumo.

No setor de combustíveis, a incidência deste imposto terá impacto anual da ordem de R\$ 5,5 bilhões para a sociedade, considerando somente a comercialização de diesel e gasolina no país, segundo estimativa do IBP.

Com a incidência do Imposto Seletivo na extração de petróleo, principal insumo na produção de gasolina e diesel, e eventualmente na comercialização desses produtos, a cadeia de combustíveis será duplamente tributada pelo mesmo imposto. Importante destacar

que a CIDE-Combustíveis não foi revogada com a reforma e, com isso, a cadeia de comercialização poderá ser onerada com a incidência de três **tributos** extrafiscais.

De acordo com Roberto Ardenghy, presidente do IBP, os aspectos positivos da reforma devem ser exaltados, tais como a unificação de **impostos** e alíquotas. Mas a incidência do Imposto Seletivo na exploração e produção de petróleo e gás é uma medida que precisa ser repensada para não causar danos a setores econômicos.

"O Imposto Seletivo normalmente é usado para restringir o consumo de produtos supérfluos, mas em nenhum país do mundo é utilizado para onerar insumos industriais como o petróleo, gás ou combustíveis, que são produtos usados em todas as cadeias produtivas", afirma o executivo.

"Ao onerar dessa forma as atividades de extração e comercialização de petróleo, o que temos é perda de competitividade e uma pressão inflacionária, já que esses insumos usados por outros setores irão onerar as demais cadeias produtivas", completa.

## ZONA FRANCA DE MANAUS

Outra alteração no texto da reforma que merece atenção é a possibilidade de inclusão de petróleo e derivados na lista de incentivos e benefícios na Zona Franca de Manaus, permitindo um tratamento tributário diferenciado nas operações com esses produtos realizadas na região.

Esta proposta abre espaço para que um contribuinte da ZFM comercialize os produtos adquiridos com benefícios fora da região incentivada sem recolher o tributo devido. Tais operações geram uma concorrência desleal e o desenvolvimento de um mercado irregular na região favorecendo o não pagador de **impostos**. Uma dinâmica que pode incentivar uma migração de importadores, atraídos pela possibilidade de venda dos produtos artificialmente mais baratos para outros estados.

"Isso gera um desequilíbrio de concorrência, porque a Zona Franca pode virar uma região de muita atração para a internalização de combustíveis, permitindo que cheguem a outros mercados utilizando indevidamente

os benefícios concedidos para ZFM", afirmou Ardenghy.

Consolidar esta matéria no texto constitucional dificultaria futuras alterações sobre quais produtos poderão ser beneficiados, criando um engessamento que pode comprometer o próprio desenvolvimento da ZFM.

Para o setor de óleo e gás, a **reforma tributária** deve prezar pela simplificação fiscal, sem promover desequilíbrios nas cadeias produtivas que acabem por trazer aumento de custos e impactos negativos para o consumidor brasileiro.

O IBP reitera seu apoio à **reforma tributária** pela modernização que ela representa para o país, mas ressalta que ambas as propostas vão afetar o bolso dos brasileiros, com enorme potencial para encarecer uma grande gama de produtos e serviços - de combustíveis às passagens de ônibus, e também da indústria aos alimentos que chegam diariamente à mesa das famílias.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores.

**Site: <http://www.correio braziliense.com.br/expressao-de-opiniao/2023/12/6665619-ibp-apoia-reforma-tributaria-mas-ve-com-preocupacao-algumas-propostas-para-o-setor.html>**

# Campos Neto: "ninguém" espera déficit zero em 2024

**RENAN MONTEIRO E VICTORIA ABEL**

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, reafirmou ontem que a meta de déficit zero em 2024, encabeçada pela equipe econômica, continua desacreditada pelo mercado, mas lembrou a importância de haver previsibilidade sobre o compromisso fiscal assumido pelo governo.

- Ninguém hoje espera que o governo vá fazer zero de meta (fiscal), e mesmo assim a gente vê que teve pouca influência nas variáveis macroeconômicas (a perspectiva de déficit), que é o que é importante para o Banco Central no dia a dia. É importante ter uma previsibilidade do futuro - disse Campos Neto, em evento da Frente Parlamentar do Empreendedorismo.

Ele já se pronunciou diversas vezes em defesa do déficit zero em 2024. Apesar de o mercado ainda não considerar isso factível, o compromisso sinaliza o esforço do governo em evitar desequilíbrio fiscal no longo prazo.

- A gente precisa trabalhar em conjunto para melhorar as expectativas daqui para

frente. É importante fazer o dever de casa, passar uma mensagem de consolidação fiscal, que estamos trabalhando juntos o fiscal e o monetário. Foi um ano melhor do que o esperado. É preciso um recado de que o fiscal (contas públicas) está em equilíbrio - afirmou Campos Neto.

O mercado, atualmente, projeta déficit primário de 0,80% do **PIB** em 2024, conforme o Boletim Focus, apurado pelo BC junto a instituições financeiras. Em janeiro, essa estimativa era de rombo de 1%. Ou seja, ainda não houve uma mudança significativa.

O resultado primário é o balanço de receitas e despesas do governo, sem considerar o pagamento de juros. Com o resultado neutro almejado em 2024, a equipe econômica quer superávit nos anos seguintes.

O compromisso de zerar o déficit fiscal em 2024 foi colocado em xeque pelo presidente Lula no fim de outubro. Chegou-se a falar em déficit de até 0,50% do **PIB**.

Após negociações internas, o deputado Danilo Forte

(União-CE) anunciou neste mês que a meta inicial do governo seria mantida. Ele é relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO de 2024), que tramita no Congresso.

## DESCONTO DE 80%

Para conseguir um déficit zero, o governo busca elevar sua arrecadação. Ontem, no entanto, acabou cedendo na principal medida que permitiria aumentar a receita. O governo concordou em aumentar, para 80%, o desconto sobre as dívidas tributárias das empresas que têm benefícios do ICMS, segundo o relator da medida provisória (MP) sobre o tema, deputado Luiz Fernando Faria (PDT-CE).

A proposta inicial previa o pagamento total das dívidas tributárias acumuladas pelas empresas. Depois, na semana passada, Haddad aceitou dar um desconto de até 65%. O Congresso, porém, insistiu para elevar esse abatimento.

A previsão era que a MP fosse analisada ontem, mas o relator disse que a votação deve ser adiada para semana que vem. O objetivo da medida é levantar R\$ 35 bilhões em 2024.

A MP retoma parte da tributação federal de grandes empresas que têm benefícios fiscais de ICMS, ao regulamentar o fim das isenções fiscais em **impostos** federais (IRPJ, CSLL e PIS/Cofins) para atividades de custeio.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Fazenda cede e JCP deve ser incorporada ao relatório da MP das subvenções

*Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Jéssica Sant"ana e Renan Truffi*

O Ministério da Fazenda chegou a um acordo com parte do setor empresarial para restringir o tipo de ativo que poderá ser contabilizado como Juros sobre Capital Próprio (JCP), mecanismo que permite reduzir os **impostos** federais pagos e que é utilizado por 40% das empresas com capital aberto no Brasil. O texto deve ser incorporado à medida provisória (MP) das subvenções a investimentos e pode ser aprovado na próxima semana.

O acordo foi costurado com os bancos e envolveu a desistência de grande parte das propostas da Fazenda para pôr fim ao mecanismo ou limitar o seu uso. Originalmente, o JCP foi criado como alternativa de autofinanciamento para as empresas, mas a equipe econômica do governo Lula (PT) considera que acabou utilizado de forma abusiva e propôs, em agosto, que fosse totalmente extinto. Isso geraria R\$ 10,6 bilhões a mais por ano de receita.

Diante da resistência do Congresso, uma proposta foi enviada na semana passada para alterar o JCP sem extingui-lo. O texto, revelado pelo Valor, aumentava o imposto de renda sobre os valores distribuídos aos acionistas de 15% para 20% e limitava o abatimento sobre o lucro auferido a 50%. Além disso, o uso só poderia ocorrer no ano de aferição e seria proibida a contabilização de uma série de artifícios contábeis utilizados hoje para reduzir o lucro e, conseqüentemente, o imposto pago. A sugestão causou novamente reação no meio empresarial, que acusou o governo de aumentar a carga tributária.

A nova proposta foi fechada nessa terça-feira entre representantes da Fazenda e do setor financeiro e ainda é analisada por empresas de telecomunicações, shoppings center e indústria, que também serão afetadas. Parte delas continuava resistente às mudanças na noite de terça.

Na minuta, obtida pelo Valor, o governo abre mão da maioria das restrições pretendidas. O imposto de renda sobre os valores distribuídos continuará igual, não haverá redução no limite de abatimento (ou seja, continuará em até duas vezes os juros pagos) e os créditos poderão ser carregados de um ano para o outro.

As travas ao "planejamento tributário abusivo" serão sobre o que poderá ser considerado um ativo capaz de produzir JCP. O texto diz que serão consideradas "exclusivamente" as contas do capital social integralizado, reservas de capital e de lucros, ações em tesouraria e lucros ou prejuízos acumulados. Será proibido o uso de "variações positivas no patrimônio líquido decorrentes de atos societários entre partes dependentes, que não envolvam efetivo ingresso de ativos à pessoa jurídica, com aumento patrimonial em caráter definitivo, independente do disposto nas normas contábeis".

A minuta não traz estimativa de quanto o governo arrecadará com as mudanças na JCP, mas certamente será um valor menor do que os R\$ 10,6 bilhões projetados originalmente. As medidas passarão a valer já a partir de 1-de janeiro de 2024 se forem aprovadas pelo Congresso.

Relator da MP, o deputado Luiz Fernando Faria (PSD-MG) disse que a tendência é de que sejam incorporadas ao seu parecer. "Estou tendendo a acatar. Houve atualizações na minuta após discussões com o setor empresarial", afirmou. "Acredito que com isso está atendida a demanda das empresas e do setor financeiro", disse. Apesar do avanço nesta área, a apresentação do parecer não deve ocorrer mais nesta quarta-feira e deve ficar para quinta-feira para outras negociações sobre o conteúdo da MP.

A parte das subvenções a investimentos ainda está em negociação. Nessa terça-feira, a bancada ruralista enviou sugestões de alterações no projeto que estão em estudo pelo relator. Ele já decidiu ampliar o desconto de quem desistir da disputa judicial e aderir à transação tributária para pagar os valores cobrados pela **Receita Federal** sobre benefícios fiscais de ICMS que reduziram os **impostos** federais com base em gastos de custeio. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por nove votos a zero, que apenas gastos com investimentos podem ser abatidos.

O governo tinha sugerido, por pressão dos deputados, que as empresas que negociassem esse "estoque" tivessem descontos entre 35% e 65%, a depender do prazo de pagamento. Faria aumentou o desconto máximo para 80%, pagos em até 12 parcelas. Além disso, decidiu que a Receita terá 30 dias para



responder sobre o pedido de transação tributária.

Fontes da equipe econômica dizem que já contavam que essa concessão seria necessária e afirmam que o mais importante é solucionar, no longo prazo, um problema estrutural. Além de impulsionar a arrecadação em 2024, com R\$ 35 bilhões adicionais, a MP corrige o que é considerada pela Fazenda uma distorção na forma como subvenções estaduais são tributadas.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231205/>

# No relativo, Brasil está atrativo para investidores estrangeiros, aponta BNP

**Naiara Bertão De São Paulo**

Foi com tom de alívio e ponderado otimismo que os principais executivos no Brasil do banco francês BNP Paribas contaram a jornalistas nesta terça-feira suas percepções sobre como foi 2023 e o que está por vir em 2024 na economia, em emissões de dívida, no apetite de investidores nacionais e internacionais e também no ritmo de adesão da própria instituição financeira às práticas de sustentabilidade.

A desaceleração da economia global, a aceleração da **inflação** e o aumento dos juros nos Estados Unidos e os conflitos geopolíticos entre Rússia e Ucrânia e Israel e Hamas foram os principais eventos que fizeram o mundo patinar este ano.

No Brasil, depois de um primeiro semestre mais fraco, a recuperação do segundo período deve garantir o crescimento econômico dentro do esperado da instituição, em torno de 3%, conforme destacou Gustavo Arruda, chefe de pesquisa para América Latina do banco. "Estamos melhor do que se previa no começo do ano, mas continuamos com os mesmos desafios de sempre", diz, se referindo especialmente ao risco de descontrole fiscal.

Pesando a favor do país, está a independência do Banco Central e a percepção de que o Brasil mantém estabilidade em suas instituições, algo que em outros países emergentes é questionável. A **inflação** sob controle e a expectativa de queda de juros no ano que vem também podem trazer um fôlego para a economia em 2024, em sua visão.

"Quando os investidores e empresas internacionais olham para os mercados emergentes, no relativo e por exclusão, o Brasil e o México são os que se sobressaem", afirmou o CEO do BNP Paribas Brasil, Ricardo Guimarães. Ele cita que as emissões de dívida corporativa "verde", atreladas a indicadores ou carimbos de sustentabilidade, são ainda atrativas apenas para investidores internacionais, com poucos locais entrando nas emissões.

Foi isso o que aconteceu, por exemplo, com a emissão de R\$ 500 milhões em debêntures verdes da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (Cosern), coordenada pelo BNP, que teve 90% de distribuição entre institucionais estrangeiros.

Guimarães explica que o investidor local "ainda não dá valor" a títulos verdes, pois vê como um "sacrifício" ter uma rentabilidade um pouco menor, mas com um propósito por trás.

Nos investimentos, Luiz Sorge, CEO do BNP Paribas Asset Management Brasil, responsável pela gestão de R\$ 85 bilhões, pontua que há espaço também para investimentos de fora nos fundos. "Uma política fiscal disciplinada pode trazer uma nova onda de apetite de investidores globais por carteiras locais", diz. Ele pontua que a área não foi tão prejudicada com a forte saída de dinheiro de fundos multimercados e ações por ter tido uma boa captação em renda fixa. Outro acerto foi ter ficado longe do setor de varejo e, por isso, ter conseguido desviar do efeito de calote nos papéis da Americanas nos primeiros meses do ano.

Fábio Jacob, líder de Global Credit Markets Brasil, responsável por estruturação de dívidas, financiamentos e outros serviços para empresas, comenta que a "disfuncionalidade do mercado" após o caso Americanas e, em seguida, da companhia de energia Light, afetou o apetite dos investidores de dívida corporativa este ano, mas que o banco conseguiu atender a clientes. "Esperamos a retomada do crescimento do mercado de capitais em 2024", afirma Jacob.

Ele aponta ainda dois temas "quentes" para serem observados ano que vem. O primeiro deles é o projeto de lei 2646 que tramita na Câmara dos Deputados e que cria o instrumento de debênture de infraestrutura, que diferencia da debênture incentivada, e que tem potencial de atrair investidores grandes.

Outra é a isonomia entre títulos públicos e privados na isenção de **impostos** para não residentes no Brasil. Neste caso, a medida provisória que ditava o tema caducou no fim do ano passado. "O pipeline de projetos, de infraestrutura e de outros, que precisam ser financiados no Brasil é gigantesco. Precisamos atrair diferentes bolsos e essa questão da isonomia é importante para isso", afirma.

"Estamos melhor do que se previa no começo do ano, mas continuamos com os mesmos desafios de sempre" Gustavo Arruda

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187731>

# Com acordo em xeque, líderes se reúnem no Rio

**INGRID SOARES, VINICIUS DORIA**

Sob pressão e no último dia do Brasil na presidência, a reunião da 63ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul ocorre amanhã, no Rio de Janeiro. O encontro das lideranças dos países do bloco - Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai - tem como pauta prioritária o acordo Mercosul-União Europeia, que corre o risco de não ser concretizado neste mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva frente ao grupo. O próximo a assumir o comando é o Paraguai.

Na corrida contra o tempo e apesar da posição contrária da França, a diplomacia trabalha para que os dois blocos cheguem a um entendimento. Segundo fontes ouvidas pelo Correio, o acerto está bem avançado.

De acordo com um **comunicado** da Cúpula, divulgado ontem pelo governo federal, as negociações avançaram significativamente e "as partes encontram-se mais perto de uma conclusão do que em qualquer momento anterior na atual etapa negociadora".

"O Mercosul também tem manifestado preocupação com os impactos nocivos ao comércio que podem decorrer de uma nova geração de leis adotadas na União Europeia.

O bloco está propondo solução que salvaguarde seus interesses comerciais", diz a nota.

"Na área ambiental, está aberto a reafirmar compromissos que os Estados-Partes do bloco assumiram em regimes internacionais.

Entretanto, o Mercosul não aceita a vinculação entre tais compromissos e a ameaça de sanções comerciais", reitera.

A Argentina, apontada como empecilho à negociação, por causa das declarações do presidente eleito, Javier Milei, deve apoiar o acordo. Pelo menos essa é a expectativa dos diplomatas do Itamaraty que integram os grupos de negociação. Eles se baseiam nas declarações da futura chanceler do país vizinho, Diana Mondino, que esteve no Brasil na semana passada para um encontro com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. "A política pode atrasar um pouco o processo, mas a diplomacia não parou nem

vai parar de trabalhar", disse ao Correio uma dessas fontes. Ontem, as equipes técnicas dos dois blocos fizeram mais uma reunião, de forma remota, seguindo a agenda estabelecida pelos negociadores.

Após a reunião, no Itamaraty, Vieira informou que a futura ministra argentina defende "um Mercosul maior e mais forte".

"Para mim, o que vale é isso. Vamos trabalhar com esse governo até o final do mandato e, depois, com o novo governo", declarou o chanceler brasileiro.

O pessimismo provocado pelas declarações do presidente francês, Emmanuel Macron, de que não aprovará o acordo, não alterou o curso do diálogo, mas mudou a agenda da Cúpula do Mercosul - que começou ontem, no Rio de Janeiro, com a Cúpula Social do bloco. Inicialmente, a ideia era promover uma reunião dos presidentes dos países-membros do bloco sul-americano para tratar exclusivamente do texto final das negociações com os europeus.

Esse encontro foi cancelado, e os chefes de Estados se reunirão apenas amanhã, na sessão formal dos líderes do Mercosul.

As declarações de Macron contra o acordo não minaram a disposição dos negociadores. Diplomatas ouvidos pelo Correio lembram que a França não tem poder de veto para travar a abertura comercial que está sendo pactuada. Apesar do peso político, o acordo com o Mercosul depende apenas da aprovação do Conselho Europeu (órgão que define as orientações e prioridades políticas gerais da UE) e do Parlamento Europeu (que aprova as normas comuns do bloco) - não precisa ser aprovado individualmente pelos parlamentos dos países que integram a UE.

"Macron falou para seu público interno", disse outro diplomata ouvido pela reportagem.

"Agora, é esperar pela definição do negociador argentino e jogar mais para frente (a conclusão do acordo)", explicou.

Outro entrave que pode ocorrer com a demora no fechamento do acordo envolve o presidente do Uruguai, Luis Alberto Lacalle Pou. Ele levantou a possibilidade de firmar um acordo comercial bilateral

com a China, o que vai na contramão dos interesses do bloco.

Em julho, na última cúpula de chefes de Estado do Mercosul, o uruguaio não assinou o **comunicado** conjunto da reunião.

Ontem, Lula se encontrou com o ex-chanceler alemão e ex-presidente do Fundo Monetário Internacional (FMI) Horst Köhler. A reunião foi a última da agenda do chefe do Planalto na Alemanha. Os dois abordaram temas como a necessidade de equacionar o endividamento de países africanos e o esgotamento de instituições multilaterais ante o atual cenário geopolítico internacional.

Lula anunciou que, em 2024, viajará à Etiópia e à Guiana, país ameaçado de perder o território de Essequibo para a Venezuela.

Sem citar o clima de tensão entre os dois países, o chefe do Executivo disse que participará de uma reunião dos países do Caricom (Comunidade do Caribe), em que pretende falar sobre democracia, entre outros assuntos.

"O restante dos 365 dias, se preparem, porque eu vou percorrer o Brasil", declarou.

"O Mercosul também tem manifestado preocupação com os impactos nocivos ao comércio que podem decorrer de uma nova geração de leis adotadas na União Europeia" Trecho da nota da Cúpula do Mercosul

Entenda o caso

Livre comércio

O Mercosul tenta firmar um acordo de livre comércio com a União Europeia. O documento prevê a isenção ou a redução de **impostos** de importação de bens e serviços produzidos pelos dois blocos. Após duas décadas de discussão, o acordo foi firmado em 2019, e o texto passa por um processo de revisão técnica, que revelou novas dificuldades.

A Europa apresentou exigências adicionais na área ambiental, motivadas pela preocupação da sociedade com a crise climática.

O alvo foi especialmente o Brasil, que abriga a maior parte da Amazônia, fundamental para o combate à mudança climática.

Outro motivo também foi o forte lobby do agro, que teme a competição principalmente com Brasil e Argentina. Por sua vez, o Mercosul, que em conjunto

representa a quinta maior economia do mundo, rejeitou o "protecionismo verde" da Europa e respondeu com suas próprias exigências, como a criação de um fundo ambiental para apoiar os países em desenvolvimento.

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/06/all.pdf>

# Amazônia precisa de verba, polícia e registro de terra

Ao longo do Rio Madeira, em meio à floresta tropical, o governo brasileiro tem confiscado e explodido barcas. As balsas pertencem a garimpeiros que buscam ouro ilegalmente. Eles dragam sedimento do leito do rio e acrescentam mercúrio, que forma amálgamas em torno dos grãos de metal precioso. Depois, eles esquentam o tacho, para o mercúrio evaporar, e sobrar apenas ouro puro.

O presidente brasileiro anterior, Jair Bolsonaro, filho de garimpeiro, esforçou-se pouco para impedir que a mineração ilegal poluisse os ecossistemas amazônicos. Na realidade, ele se empenhou no contrário: ao apoiar madeireiros, garimpeiros e fazendeiros que estão destruindo a floresta tropical, ele transformou o Brasil em pária global. Seu sucessor, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, está determinado em salvar a Amazônia e a reputação do Brasil.

Desde que assumiu, em janeiro, Lula tem combatido com força; alguns diriam brutalmente.

"Eles não deixaram a gente pegar nossas coisas. Geladeira, fogão, camas, ventilador - nem nossas roupas. Explodiram a bomba com tudo dentro", afirma Silvina, cujos filhos tiveram sua barcaça de garimpo confiscada em novembro. Agentes do Ibama ignoraram o choro de mulheres e crianças conforme despedaçaram as economias de vida inteira da família com a explosão, esbraveja Silvina.

Essas táticas têm surtido um efeito. "Os negócios vão mal", afirma o gerente de uma loja que vende kits de garimpo em Humaitá, uma cidade voltada ao garimpo do ouro. Quase ninguém aparece para comprar suas bombas, capacetes, canos plásticos, cordas, roldanas e chaves de boca. A mineração artesanal na região caiu 70%, estima ele. "Nós estamos apavorados", afirma João, dono de uma barcaça ainda não explodida, uma estrutura instável que envenena um trecho de rio em que botos fazem brincadeiras. "Lula é um mau presidente." Conforme sugerem essas reações enfurecidas, os esforços de Lula em preservar a Amazônia estão fazendo a diferença. O ritmo do desmatamento caiu em aproximadamente 50% nos primeiros oito meses de 2023 em comparação com o ano anterior, de acordo com imagens de satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

A Amazônia contém 40% das matas tropicais remanescentes no mundo, e 25% da biodiversidade do planeta. Suas árvores emanam 20 bilhões de toneladas de umidade nos "rios voadores", que por sua vez devolvem a água para o bioma florestal e regam terras agrícolas em toda a América do Sul.

Cerca de 18% da Amazônia brasileira já desapareceu. Cientistas temem que um momento crítico pode ocorrer quando a destruição atingir 25%: o sistema de rios voadores poderá parar e a floresta poderá deixar de se autossustentar - o que ocasionaria uma catástrofe global.

Reduzir o ritmo do desmatamento, apesar de bem-vindo, não é suficiente. As motosserras ainda rugem: 3,7 mil quilômetros quadrados da Amazônia brasileira desapareceram nos primeiros oito meses de 2023. A estiagem fez secar partes de seus rios, incêndios florestais alcançaram recordes e uma onda de calor colocou em risco árvores e humanos.

Lula prometeu pôr fim no desmatamento até 2030. Para ser bem-sucedido, ele terá de superar obstáculos políticos, práticos e econômicos. Mas, acima de tudo, terá de lidar com o desacato às leis. O Brasil tem muitas regras federais para proteger a floresta, mas sua aplicação é lamentável.

Em áreas que dependem de garimpos, criações e cultivos para colocar comida na mesa, autoridades estaduais e municipais com frequência fazem vista grossa a crimes ambientais ou emitem autorizações para atividades ilegais.

Jogar mercúrio no rio é ilegal, assim como quase toda mineração artesanal na Amazônia. Mesmo assim, Manuel, outro garimpeiro cuja barcaça foi explodida, afirma ter "documentos para a draga, documentos para tudo".

Ele insiste que a operação que lhe confiscou a balsa foi ilegítima.

Provavelmente ele está errado, mas pode ter convencido a si mesmo de que está certo.

Na Amazônia, até uma resposta básica sobre quem é dono do quê é turva. Pelo menos 22 agências do governo federal e de outras instâncias governamentais

podem registrar reivindicações de posse de terra. Essas agências "não conversam realmente entre si", afirma Brenda Brito, da ONG Imazon. Reina a grilagem.

Segundo uma estimativa, há alegações de sobreposições em aproximadamente metade das terras registradas no Brasil.

Para perceber o que isso significa, considerem uma pequena aldeia próxima a Lábrea, uma cidade no oeste do Estado do Amazonas.

Dois dúzias de famílias indígenas vivem em Novo Paraíso, do cultivo de frutas tropicais.

A aldeia em uma reserva, onde ninguém pode reivindicar posse privada da terra. Mas forasteiros têm registrado reivindicações de posse em terras dentro da reserva e nas proximidades.

O cacique da aldeia, Marcelino Apurinã, afirmou que a grilagem foi intensa quando Bolsonaro era presidente. Intrusos começaram a abrir estradas de terra dentro da reserva e tirar madeira. Os indígenas só conseguiram expulsar os invasores depois de acionar a Funai, a agência federal de proteção aos povos originários.

Bolsonaro encorajava os grileiros.

Como presidente, ele manteve a promessa de campanha de não demarcar "nenhum centímetro mais" de terra indígena.

Ele também cortou o orçamento de agências encarregadas de proteger direitos de indígenas.

Mas, mesmo após Bolsonaro deixar a função, o problema não está resolvido. As reivindicações de posse de terra duvidosas em reservas como a de Apurinã continuam.

**REGULARIZAÇÃO.** Em junho, quando Lula relançou um plano para salvar a Amazônia, a iniciativa incluiu um esforço para regularizar títulos de terras. Ele promete integrar os vários cartórios de registros civis e usar monitoramento por satélite para detectar atividades ilegais. Isso, combinado a um policiamento incrementado e ajuda econômica para os moradores dos Estados amazônicos, deverá pôr fim ao desmatamento até 2030.

A tarefa é colossal. Em um relatório recente, o Banco Mundial cita uma série de distorções que a dificultam. As "terras não designadas" são uma delas. Cerca de 42% da Amazônia brasileira é classificada como área protegida ou reserva indígena. Outros 29% são

propriedades privadas, e os donos são obrigados a conservar 80% das matas em suas terras. Mas 29% (1,2 milhão de quilômetros quadrados) são terras "não designadas", ou seja, terras públicas que ainda não foram confirmadas como reservas. Essas terras são "os principais focos de desmatamento", afirma o banco. Cerca de 116 mil quilômetros quadrados de terras não designadas eram reivindicados como propriedades privadas até 2020, apesar de a manobra ser ilegal.

Propriedade e posse de terra é algo instável na floresta amazônica.

Donos com frequência não têm escrituras. Isso dificulta a aplicação de leis ambientais, já que com frequência não fica claro quem é o responsável por algum trecho de floresta. Isso também estimula grileiros a usar força bruta. Pelo menos 47 pessoas foram mortas em confrontos em 2022, de acordo com a ONG Comissão Pastoral da Terra.

**SISTEMA PERVERSO.** Outra distorção é um sistema perverso de **impostos** e benefícios. Um complicado imposto rural chamado ITR é fácil de sonegar e encoraja fazendeiros a cultivar fatias maiores de suas terras do que cultivariam de outra forma, mesmo que isso signifique derrubar floresta. Subsídios agrícolas são menores no Brasil do que em muitos outros países, equivalendo a 0,35% do **PIB**, mas são destinados desproporcionalmente para criadores de gado na Amazônia.

Cálculos do Banco Mundial mostraram que, quanto mais cobertura florestal um Estado tem, maior é a fatia de subsídios de crédito destinados a criadores de gado. Esses benefícios oferecem incentivo para as pessoas criarem mais terras agricultáveis derrubando a mata.

Quando Estados vendem florestas públicas para atores privados, vendem barato. Em média, em 2019 eles cobraram 15% do valor de mercado. O Estado do Tocantins vendeu terras naquele ano a cerca de US\$ 1 cada hectare, quando 1 hectare valia mais de US\$ 2 mil.

No passado, pessoas que ocuparam terras ilegalmente conseguiram permissão, depois de muitos anos, para obter um título a preços insignificantes. Isso encoraja pequenos invasores e grandes fazendeiros a avançar sobre terras não reivindicadas ou escassamente povoadas, na esperança de que o Estado lhes permitisse comprá-las barato.

Muitas autoridades na Amazônia aprovam esse sistema.

Persiste uma ideia de que a floresta tropical é uma fronteira a se conquistar: o que os antigos regimes militares chamavam de "uma terra sem homens para homens sem terra".

Mais amplamente, o policiamento tem sido tão frouxo que até criminosos notórios saem impune. Não é preciso dirigir muito pela Transamazônica para ver trilhas nas laterais abertas por madeireiros ilegais.

Eduardo Rachid, gerente de uma loja de selas, medicamentos para o gado e outros insumos rurais em Lábrea, confirma que o comércio está "muito movimentado". Fazendeiros vindos de outros Estados estão chegando à região atrás de terras baratas, afirma.

Na teoria, carne de bois criados em terras desmatadas recentemente não pode ser comercializada.

Os supermercados da Europa estão apreensivos em relação à carne brasileira.

Mas a maior parte dessa produção é vendida no Brasil, onde é fácil legalizar a variedade ilícita.

Um sistema de monitoramento registra apenas o último lugar onde o boi viveu, portanto um fazendeiro ilegal pode vender seus bois para outro fazendeiro legal, que então os manda para o abatedouro. Um criador de gado no Estado do Pará afirma que não tem como saber se os bois que ele compra foram criados legalmente.

Outro truque, de acordo com um funcionário de uma fazenda de gado que prefere o anonimato, é um açougueiro comprar um boi legalizado e manter o selo oficial sobre sua pele no freezer.

Ele pode mostrar a peça quando ao fiscal e fingir que a carne ilegal que ele está vende pertence a um boi legalizado.

Lula está tentando arrumar parte dessa bagunça jurídica.

Sua ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirma que o primeiro passo é analisar todas as terras não designadas e definir que partes deveriam se tornar reservas indígenas ou áreas de conservação.

Essas áreas "não serão mais usadas para desmatamento", disse ela à The Economist.

Uma comissão técnica, cujo trabalho foi congelado sob Bolsonaro, voltou a trabalhar. Cerca de 30 mil quilômetros quadrados estão agora prestes a ser designados, afirma ela, e outros 68 mil quilômetros

quadrados estão sob análise. Desde janeiro, Lula emitiu decretos reconhecendo oito reservas indígenas.

O objetivo é integrar todos os registros de terras existentes para evitar sobreposições.

RESISTÊNCIA. A dificuldade é o que Marina chama de "complexidade" na "disposição dos Estados (.) de participar". Alguns governos estaduais são "resistentes".

Governadores bolsonaristas não cederão, sem alguma briga, o poder de alocar terras para pessoas capazes de explorá-la contra os desejos de um governo federal de mentalidade conservacionista.

Enquanto isso, legisladores federais da bancada ruralista, amigos dos fazendeiros, madeireiros e garimpeiros, estão tentando aprovar um projeto de lei que pretende diminuir direitos de indígenas a terras. Uma cláusula crucial impede o reconhecimento de terras indígenas se as tribos em questão não conseguirem provar que ocupavam o local antes de 1988, ano em que a Constituição brasileira mais recente foi promulgada.

A Suprema Corte considerou inconstitucional esse marco temporal, e Lula o vetou. Mas o Congresso poderá derrubar seu veto. Os políticos que bloqueiam a reforma respondem a forças econômicas. Não são apenas os grandes fazendeiros famintos de terras que os bancam, apesar de o fazerem; as pessoas comuns que ganham a vida derrubando e poluindo a floresta também votam.

Manuel, o garimpeiro ilegal cuja barcaça foi explodida por agentes federais, diz que votou em Lula no ano passado porque se lembrava dos generosos programas de bem-estar social de seu primeiro mandato. Nunca lhe ocorreu que um presidente defensor dos trabalhadores fecharia seu negócio. Agora ele está furioso. "Eles tratam a gente como bandido", afirma.

Garimpeiros que não conseguem garimpar buscarão outras maneiras de ganhar a vida.

Na Amazônia, as oportunidades são escassas. Mesmo as principais rodovias com frequência não têm pavimento, um problema que Lula sugeriu que tentará resolver, apesar de objeções de ambientalistas. A população local tem baixa escolaridade.

Dois terços das crianças de 10 anos na Amazônia não sabem ler. A pobreza é generalizada.

Muitos dos garimpeiros cujas barcaças foram destruídas foram trabalhar em fazendas.

Apurinã, o cacique, parece oferecer um exemplo de como as pessoas podem viver de maneira sustentável na floresta. A aldeia dele cultiva açaí, banana, abacaxi e cupuaçu. Uma entidade sem fins lucrativos ensinou a policultura à tribo.

O trabalho é duro, por ganhos modestos e em meio a temperaturas cada vez mais altas.

"Antes a gente conseguia trabalhar o dia inteiro, agora só consegue trabalhar meio dia porque o sol bate mais forte", afirma. Situados próximos a uma cidade, os indígenas conhecem comodidades manufaturadas.

Apurinã veste um impressionante cocar de penas de papagaio e um colar com um dente de onça. Mas também aprecia o conforto de uma camiseta de algodão, sabe como é prático usar galochas e conhece a conveniência das garrafas plásticas.

Ele gosta de viver um estilo de vida híbrido, em grande parte tradicional mas em intercâmbio com o mundo moderno.

Contudo, nem todos os indígenas veem a coisa dessa maneira.

"Muitos" foram trabalhar em grandes fazendas, afirma Apurinã. Ele estima que as pessoas em sua tribo consigam de R\$ 50 a R\$ 60 por dia de trabalho.

As grandes fazendas pagam de R\$ 80 a R\$ 100. Alguns indígenas "querem fazer dinheiro rapidamente", afirma. Cultivar safras próprias leva tempo. Quando as pessoas trabalham para os outros, "o chefe sempre consegue te pagar na hora".

O encanto do dinheiro rápido impele alguns a aceitar empregos ilegais. Um fazendeiro contratou dezenas de homens com motosserras e pagou salários fartos para eles derrubarem uma faixa de floresta, afirma um motorista local. A seca dificultou a pesca, diz o pescador Jean, então muita gente de sua vizinhança foi trabalhar nos novos pastos que estão sendo abertos na floresta.

O valor de preservar a Amazônia é imenso para o mundo. Estimativas variam bastante, mas até um conservador do Banco Mundial o coloca em US\$ 317 bilhões ao ano, sete vezes mais que o valor capaz de ser extraído da floresta tropical por madeireiros, fazendeiros e garimpeiros.

Contudo, enquanto os benefícios da conservação espalham-se por todo o mundo, os lucros do desmatamento vão diretamente para os bolsos dos homens que organizam as gangues com motosserras,

e benefícios transbordam para as economias locais.

Lula quer que os estrangeiros contribuam. Em 13 de novembro, seu ministério das finanças emitiu US\$ 2 bilhões em títulos verdes. Um Fundo Amazônia apoiado por doadores levantou US\$ 1,3 bilhão.

A batalha para salvar a Amazônia é um número de equilibrista.

Desagradáveis concessões mútuas são inevitáveis. Se Lula pressionar com força demais, pode provocar reações negativas e perder a próxima eleição para um oponente amigo dos madeireiros. Mas, se não pressionar com força suficiente, a meta de pôr fim ao desmatamento até 2030 permanecerá inalcançável.

#### ARTIGO Pulmão sob risco

A Amazônia concentra 40% das matas tropicais remanescentes de todo o mundo e 25% da biodiversidade do planeta

Motosserras rugem O ritmo de desmate diminuiu, mas 3,7 mil km<sup>2</sup> da Amazônia brasileira desapareceram nos 8 primeiros meses de 2023

O custo da preservação Manter a floresta em pé pode custar US\$ 317 bi por ano, segundo estimativa do Banco Mundial

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# PIB desacelera e pressão por gastos no governo aumentará

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

A desaceleração do crescimento da economia brasileira, confirmada pelo IBGE com o anúncio do resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) no terceiro trimestre de 2023, que registrou alta de 0,1% no período, já era esperada e está por trás da nova nuvem de pressão por mais gastos em 2024.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva é quem mais cobra do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, um **PIB** maior, e não está nada satisfeito com a projeção do governo de crescimento de 2,2% no ano que vem - ontem, em Berlim, Haddad falou em alta de 2,5% (mais informações na pág. B2).

A cobrança do presidente sobre a equipe econômica vem desde o início do governo e a pressão na Esplanada dos Ministérios tende a esquentar por novas políticas de estímulo fiscal, sobretudo de crédito.

Lula quer ver a todo vapor o motor do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e pode renovar também a pressão para o Banco Central (BC) acelerar a queda da taxa básica de juros, como já fez ontem Haddad na Alemanha.

Se em 2023 o crescimento do **PIB** deve ficar próximo de 3%, para 2024 a pesquisa Focus, coletada pelo Banco Central com base em projeções de analistas econômicos de fora do governo, aponta uma alta de 1,5%. O **PIB** mais baixo traz menor arrecadação.

**BOAS NOTÍCIAS x DESPESAS.**

Na reta final do ano, o governo vai surfar nos resultados gerais positivos de 2023. O Brasil fechará o ano, sob o ponto de vista econômico, muito melhor do que se esperava no início do governo Lula. Juros e **inflação** em queda; saldo da balança comercial muito mais alto e sob novo patamar com o aumento da produção de petróleo; investimentos estrangeiros diretos no País em torno de R\$ 63 bilhões e a menor taxa de desemprego desde 2014. Quando todos esses resultados favoráveis se somarem à aprovação das medidas econômicas, mesmo que desidratadas, Haddad e equipe vão comemorar.

O problema vem depois, em 2024, em um cenário de

desaceleração da economia combinado com ano de eleições.

Os sinais ruins de pressão expansionista começaram com as tentativas recentes de fazer mudanças nas regras fiscais.

No governo, dizem que a culpa é da imprensa, que não está querendo ver que as regras do novo arcabouço fiscal seguem todas intocadas. Mas, como a roda da economia gira e o Brasil segue muito dependente do que acontece no cenário externo, se degradingolar lá fora, a deterioração aqui dentro será rápida se a credibilidade fiscal estiver em baixa. Aí, os amigos do governo que vão comemorar os resultados de 2023 vão sumir. É preciso muita calma nessa hora.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Sem a força do agronegócio e com juro alto, economia tem alta modesta

**LUIZ GUILHERME GERBELLI | COLABORARAM CÍCERO COTRIM e MARIANNA GUALTER**

Sem a força da agropecuária e prejudicada pelos juros altos, a economia brasileira confirmou a perda de fôlego esperada para o terceiro trimestre. O Produto Interno Bruto (**PIB**) subiu 0,1% na comparação com os três meses anteriores.

O dado foi divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ontem.

O resultado do **PIB** ficou dentro do esperado pelos analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, cujo intervalo variava de queda de 0,6% a alta de 0,9%. Mas veio acima da mediana das previsões, que era de recuo de 0,2%. Na comparação com o mesmo trimestre de 2022, o **PIB** avançou 2%. No acumulado dos últimos quatro trimestres, a alta é de 3,1%.

A desaceleração no período de julho a setembro já era esperada, depois de um primeiro semestre de força surpreendente da economia brasileira. Ontem, o IBGE revisou o crescimento do segundo trimestre de 0,9% para 1%. Nos primeiros três meses do ano, a alta passou de 1,8% para 1,4% - o desempenho de janeiro a março foi influenciado por um resultado extremamente positivo do agronegócio.

"É um cenário de **PIB** (do terceiro trimestre) que mostra algumas fraquezas. Os serviços, por exemplo, começam a dar sinais de desaceleração mais forte em alguns segmentos. E, do lado da demanda, o investimento caiu com força", afirma Sergio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados.

**SETORES.** Do lado da oferta, houve uma desaceleração generalizada no terceiro trimestre. Serviços e indústria cresceram 0,6% no período, mas tiveram um desempenho pior do que o observado no segundo trimestre. E a agropecuária recuou 3,3%. "A soja tem um peso muito importante no primeiro semestre e, no segundo, praticamente não tem mais", diz Natália Cotarelli, economista do Itaú. Neste ano, o Brasil foi beneficiado por uma safra recorde e por elevados preços das commodities no cenário internacional, o que deve trazer um resultado recorde para a balança comercial.

Do lado da demanda, com um mercado de trabalho

robusto, o consumo das famílias ainda mostrou força e cresceu 1,1%, acima do observado no trimestre anterior (0,9%). Por outro lado, a formação bruta de capital fixo (os investimentos) recuou 2,5%. Foi a quarta queda seguida. A taxa de investimento foi de 16,6% do **PIB**, um desempenho pior em relação ao observado no mesmo período de 2022 (18,3%).

"Estamos com um mercado de trabalho forte e salários subindo na margem, faz sentido que com esse nível de renda tenhamos um consumo mais resiliente", afirma Natália.

O consumo do governo teve alta de 0,5%, enquanto as exportações subiram 3%, e as importações recuaram 2,1%.

"São alguns fatores por trás desse movimento (de desaceleração do **PIB**). Tem os efeitos defasados da política monetária e a própria questão da sazonalidade muito forte de agropecuária", diz Alessandra Ribeiro, economista e sócia da consultoria Tendências.

**DESACELERAÇÃO.** A análise dos economistas é a de que a fraqueza da economia brasileira deve prosseguir no quarto trimestre.

"É uma economia que está desacelerando e que vai ter um crescimento mais fraco em 2024", afirma Vale. O resultado do terceiro trimestre também reforça uma previsão de crescimento na faixa de 3% para este ano e de 1,5% a 2% para 2024.

"Depois de um período bastante expressivo de crescimento, de meados de 2020 até o primeiro semestre de 2023, agora estamos vendo um freio de arrumação da economia", diz Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos. Ele manteve as projeções de crescimento de 2,8% para a economia em 2023 e de 1,5% em 2024.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Haddad projeta 2,5% no ano e cobra BC por Selic

*I JOÃO CAMINOTO, FERNANDA TRISOTTO e BIANCA LIMA*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem em Berlim, na Alemanha, onde está em viagem oficial, que o **PIB** surpreendeu positivamente ao crescer 0,1% no terceiro trimestre, enquanto o mercado financeiro esperava contração da atividade. Ele afirmou, porém, que, apesar do "**PIB** positivo", o resultado foi "fraco".

"Quero alertar para o seguinte: a taxa de juro real atingiu o patamar mais alto em junho.

Foi o pior momento da taxa de juro em termos reais e o Banco Central só começou a cortar os juros em agosto. Portanto, tivemos **PIB** positivo, mas fraco", afirmou. Para Haddad, "o BC precisa fazer o trabalho dele".

Horas depois, em Brasília, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, afirmou que a batalha contra a **inflação** não está ganha e que o atual ritmo de queda dos juros é visto como "apropriado". Segundo ele, "ninguém espera que o governo vá fazer 0% de meta" - referindo-se a 2024, quando a equipe econômica se comprometeu a zerar o déficit nas contas públicas, "mas que é importante ter uma previsibilidade para o futuro".

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Bancos reforçam expectativa de PIB em torno de 3% no ano

**MARIANNA GUALTER DANIEL TOZZI MENDES**

(2,3%), Taiwan (1,9%) e Indonésia (1,6%).

A surpresa positiva com o **PIB** do terceiro trimestre - de 0,1%, contra mediana de -0,2% na pesquisa Projeções Broadcast - e as revisões na série histórica consolidaram no mercado a percepção de um crescimento da atividade econômica ao redor de 3% em 2023.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Citi (3,1%), Bank of America (3,0%) e Itaú Unibanco (2,9%) mantiveram suas projeções.

Casas que estavam menos otimistas promoveram revisões, como G5 Partners (2,8% para 3%) e Ativa Investimentos (2,5% para 2,9%). Outras adicionaram viés de alta às estimativas, como a SulAmérica Investimentos (2,8%). O Santander Brasil colocou em revisão a sua estimativa, de 2,5%.

"O grande destaque foi o resultado surpreendentemente positivo dos serviços, que compõem quase 70% do **PIB**."

As pesquisas de alta frequência do período mostravam um desempenho bem menos expressivo", diz o economista- chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez, que também aumentou a projeção para o **PIB** de 2024, de 1,3% para 1,5%. Mas ele frisa que os dados não mudam o diagnóstico de desaceleração da economia. "A questão é que o processo de arrefecimento tem se demonstrado menos abrupto do que o imaginado." Embora também tenha sido surpreendido pelo desempenho do **PIB** de serviços, o economista do Pic- Pay Igor Cadilhac conservou sua projeção de crescimento de 2,9% para 2023.

O Barclays também está entre as instituições que mantiveram as projeções para o **PIB** de 2023. O banco britânico vê alta de 2,8% para a atividade este ano, avalia o economista para Brasil da instituição, Roberto Secemski, em relatório.

Brasil fica em 28º em ranking de crescimento que inclui 51 países

A elevação de 0,1% do **PIB** no 3.º trimestre coloca o Brasil na 28.ª colocação no ranking de crescimento para o período em um lista de 51 países feito pela Austin Rating. O primeiro lugar ficou com as Filipinas (3,3%). Em seguida, aparecem Malásia (2,6%), Nigéria

# Índice mostra País estagnado

**ALEXANDRE CALAIS, EDITOR DE ECONOMIA**

Os dados do **PIB** brasileiro no terceiro trimestre, divulgados ontem pelo IBGE, mostram uma economia estagnada. O crescimento de 0,1% até veio melhor que o esperado pelo mercado (-0,2%), mas é um crescimento praticamente estatístico.

Serve para livrar o País de uma recessão técnica (quando há dois trimestres seguidos de queda) que se avizinhava, já que as projeções para o quarto trimestre não são das melhores. Mas não é um quadro dos mais animadores.

O resultado do período de julho a setembro foi muito influenciado pelo agronegócio, que caiu 3,3% em relação ao segundo trimestre. A indústria cresceu 0,6%, mesma alta registrada pelos serviços. O consumo do governo subiu 0,5%, enquanto o consumo das famílias teve o melhor desempenho, com alta de 1,1%.

Mas dois dados importantes chamam a atenção negativamente.

A taxa de investimentos da economia, que o IBGE chama de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) voltou a cair. Estava em 17,2% do **PIB** no segundo trimestre, um número já considerado bastante baixo, e ficou em 16,6% no terceiro trimestre. Para muitos analistas, uma taxa considerada razoável, dadas as nossas características de país emergente, seria de 25%. A taxa de poupança também caiu. Era de 16,9% no segundo trimestre, e agora ficou em 15,7%.

Esses são números importantes porque dão indícios de para onde caminha a economia. Representam, por exemplo, o vigor das empresas, a vontade de investir em máquinas, em processos que elevem a produtividade.

Em última instância, mostram a confiança que as pessoas e empresas têm no futuro do País. E, levando-se em conta esses dados, essa confiança vem caindo.

As projeções para o crescimento do **PIB** brasileiro este ano estão por volta de 3% - no Boletim Focus divulgado na segunda-feira, estavam em 2,8%.

Para 2024, a projeção está em 1,5%, e para 2025, em 1,9%. Não são números animadores.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Quarta queda seguida acende sinal de alerta sobre crescimento futuro

**CAROLINA NALIN, VINÍCIUS NEDER, CÁSSIA ALMEIDA, GLAUCE CAVALCANTI E BRUNO ROSA (Colaborou Luciana Casemiro)**

A economia encerrou o terceiro trimestre no campo positivo, mas a retração dos investimentos é um sinal de alerta, na avaliação de economistas. A chamada formação bruta de capital fixo (FBCF), variável que inclui investimentos em máquinas e equipamentos, construção civil e importação de bens de capital, cravou o quarto trimestre seguido de resultados negativos e amargou queda de 2,5% no período de julho a setembro e no acumulado do ano. Para economistas, os números fracos de investimentos já são um prenúncio de que não será possível contratar crescimento sustentado adiante.

Isso porque a taxa de investimento é considerada crucial para mensurar o potencial de expansão da economia. Quando o indicador cai, significa que boa parte da renda produzida no país não está sendo destinada ao aumento da capacidade produtiva.

Isso porque a taxa de investimento é uma variável crucial para mensurar o potencial de crescimento econômico. Quando o indicador cai, significa que boa parte de toda a renda produzida no país não está sendo destinada ao aumento da capacidade produtiva. Como resume Margarida Gutierrez, professora da Coppead e do Instituto de Economia da UFRJ, é um indicador que mostra confiança na economia, expectativa em relação ao futuro. Na comparação com o terceiro trimestre do ano passado, a retração do indicador foi ainda mais acentuada: 6,8%.

- É reflexo da política monetária contracionista, com queda na construção e também na produção e importação de bens de capital. Todos os componentes que mais pesam nos investimentos caíram neste trimestre - afirmou Rebecca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE.

Para Juliana Trece, pesquisadora do FGV Ibre, esses componentes sofrem impacto direto da taxa de juros, atualmente em 12,25% ao ano, o que levou o país a não ampliar sua capacidade produtiva. A economista destaca que a taxa de investimento está em 16,6% do PIB, o menor percentual para um terceiro trimestre desde 2020, ano da pandemia. O percentual é considerado baixo na comparação com economias

semelhantes à do Brasil na América Latina. O baixo nível de investimento tem implicações sobre o mercado de trabalho e será um desafio ao crescimento do PIB no futuro:

-Vai ter menos capacidade de a economia crescer no médio e longo prazos e, por consequência, menos contratações (de trabalhadores). Até o mercado de trabalho, que acabou contribuindo para o aumento do consumo das famílias no terceiro trimestre, está um pouco comprometido.

## REVISÃO DE PROJETOS

Juliana aponta que uma das possíveis consequências é o consumo das famílias, que foi a base de sustentação do PIB no último trimestre, ceder em 2024, como impacto de um mercado de trabalho mais frágil adiante.

Os juros não são o único fator a pesar na balança, segundo economistas. As incertezas no campo fiscal e no das reformas também afetam a disposição do empresariado para investir.

- É lógico que a taxa de juros é um problema. Mas os empresários estão muito mais preocupados com o fato de conferir se o Haddad vai conseguir entregar as reformas, principalmente a Tributária -afirmou Cláudio Considera, coordenador de Contas Nacionais do Ibre FGV.

Thiago Soares, diretor da The INC Incorporadora, diz que a desaceleração da economia neste fim de ano já era esperada, mas o cenário de juros altos e famílias endividadas tem impacto na construção civil. Ele menciona ainda preocupação com a incerteza em torno da continuidade da desoneração da folha de pagamento. Segundo ele, incorporadoras de menor porte terão de comprimir investimentos:

-Tínhamos dois projetos voltados para a classe média, ambos na Zona Oeste e previstos para 2024, que vamos segurar. Um na Taquara, para o qual já temos o terreno, outro no Recreio, cujo terreno desistimos de adquirir - afirmou Soares. - Estamos negociando um no Centro, para médio padrão, mas, como a região tem incentivos hoje, pode ser viável.

## PLANO ADIADO

A empresa de Soares deve contar com R\$ 100 milhões em valor geral de vendas de projetos no ano que vem. Para ele, com uma economia em expansão, a estimativa estaria no dobro desse valor.

Para Julia Braga, coordenadora de Acompanhamento e Estudos de Conjuntura do Ipea, a queda nos investimentos deve ser temporária. Além da perspectiva de queda dos juros, ela cita outros vetores, como a expansão de investimentos da Petrobras.

Sérgio Duarte, presidente da Rio Indústria, diz que o empresariado fluminense não está otimista:

- Sem melhora na economia, ele tem medo de investir e o consumo não vir. Ele fica na manutenção do parque fabril, não faz novo investimento.

Delaine Baldoino é sócia do D D Spa by Delaine, na Zona Sul do Rio, que começou a operar em 2021 e atende 200 pessoas por mês. No início do ano, ela decidiu levar o negócio para São Paulo, mas, diante dos custos altos e do cenário econômico, resolveu adiar os planos para 2024, em um sinal de cautela.

-Estou dando um passo para trás e vou retomar no ano que vem. Precisaria me planejar para levantar capital e não precisar de financiamento - afirmou a empresária, que ainda tem planos de abrir um segundo ponto no Rio, na Barra.

"(Com queda no investimento) Vai ter menos capacidade da economia crescer no médio e longo prazo e, por consequência, menos contratações (de trabalhadores)"

Juliana Trece, pesquisadora do FGV/ibre

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



# "Resultado aponta para desaceleração da economia"

**VITOR DA COSTA**

ENTREVISTAS

Tony Volpon/ EX-DIRETOR DO BC

Na avaliação do ex-diretor do Banco Central (BC) Tony Volpon, a queda do investimento no **PIB** solidifica a percepção de que a economia está desacelerando rapidamente.

Como avalia o resultado?

O consumo surpreendeu positivamente, e o setor externo também, apesar da queda da agricultura nesse trimestre. Negativamente, o investimento está caindo quase 7% em relação ao terceiro trimestre de 2022. A questão é o que está por trás dessa queda em um período no qual os resultados têm vindo melhores do que o mercado esperava. Investimento tende a ser o componente mais volátil do **PIB**. Se está caindo assim, realmente aponta para uma desaceleração da economia à frente.

A queda do investimento é resultado da alta de juros?

A queda pode ter relação com as incertezas sobre a questão fiscal e com a política monetária, sendo um efeito já palpável do aperto monetário em curso há quase dois anos.

Há também incerteza sobre a gestão do setor estatal por parte do governo. O mercado tem ficado muito preocupado com a governança da Petrobras. O dado solidifica essa visão de que a economia brasileira está desacelerando rapidamente.

O que deveria ser feito?

O governo deveria endereçar a questão fiscal de maneira definitiva e não ficar em discussões sobre mudança de meta, e interpretações variadas do que vai ser contingenciado. Isso gera incerteza no mercado, que é muito sensível a notícias fiscais.

Como vê a resiliência do consumo das famílias?

Tivemos um adicional de transferência de renda forte com avinda desse governo, pela PEC da Transição, e as mudanças no Bolsa Família. Isso explica o

desempenho, junto com o forte comportamento do mercado de trabalho. O consumo é um Titanic. Ele tem um momentum que carrega para frente e deve ser fator de força para o **PIB** nos próximos trimestres. Mas o investimento fala muito mais sobre o **PIB** futuro do que o consumo.

O resultado vai afetar os juros?

Vejo esse dado do **PIB** abrindo ou reforçando o argumento que diz que o Banco Central deveria acelerar a velocidade do ajuste monetário. O medo de descontrolar as taxas de juros nos EUA já passou.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Consultoria da Câmara defende bloqueio de R\$ 56 bi

**ALVARO GRIBEL**

Estudo elaborado pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) da Câmara dos Deputados questiona a visão do Ministério da Fazenda sobre o limite de contingenciamentos que poderá ser aplicado ao Orçamento do ano que vem. Enquanto a Fazenda diz que o teto para bloqueios é de

R\$ 23 bilhões, a Conof fala em R\$ 53 bilhões, o que aumenta o risco de cortes no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Após a publicação do estudo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comentou que o arcabouço fiscal tem caráter anticíclico, por isso a tese da pasta está correta:

-A lógica contracíclica está presente em todas as minhas entrevistas desde março.

Para a Conof, porém, esse argumento "subverte a lógica." A definição desse valor é importante porque Haddad tenta evitar que bloqueios atinjam o PAC, o que poderia levar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a mudar a meta de déficit zero em 2024.

No mês passado, a Fazenda anunciou que o contingenciamento de despesas em 2024 precisaria respeitar duas regras. Uma limita o bloqueio a 25% dos gastos discricionários, e outra estabelece um piso de 0,6% e um teto de 2,5% para o aumento real (acima da inflação) dos gastos. Para a Fazenda, essas duas regras, combinadas, impediriam um bloqueio superior a R\$ 23 bilhões, sob risco de o crescimento da despesa no ano ficar abaixo de 0,6%.

Para a Conof, porém, é a meta de resultado primário que serve de parâmetro para a execução e bloqueio dos gastos. "Admitir que o montante a ser contingenciado deve atender à regra distinta da meta fiscal -isto é, a um mínimo de crescimento de despesas - subverte a lógica instituída pela própria lei (do arcabouço fiscal)", diz o estudo.

"ENFRENTEM O PROBLEMA"

O contingenciamento serve para controlar a execução dos gastos e garantir o cumprimento da meta fiscal.

A nota técnica foi elaborada a pedido dos deputados Pedro Paulo (PSD-RJ), vice-líder do governo na Câmara, e Cláudio Cajado (PP-RJ), relator do arcabouço fiscal. Eles fizeram dois questionamentos à Conof: se o valor a ser contingenciado deveria levar em conta o crescimento mínimo de 0,6% da despesa, e se a LDO poderia ser o instrumento para fixar o limite máximo de contingenciamento. A resposta às duas perguntas foi "não".

- Se desejam mudar a regra, enfrentem o problema de frente: proponham ao Congresso alteração do arcabouço -disse Pedro Paulo.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# PIB per capita caminha para retomar neste ano recorde atingido em 2013

**Lucianne Carneiro**

O Produto Interno Bruto (**PIB**) per capita ficou estável no terceiro trimestre de 2023, segundo cálculo da economista Silvia Matos, pesquisadora sênior da Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) e coordenadora do Boletim Macro Ibre. Nas suas contas, o **PIB** per capita deve crescer 2,4% em 2023 - por causa de uma projeção atualizada de alta de 2,9% do **PIB** como um todo -, o que significará retomar o pico da série histórica do **PIB** per capita no país, em 2013.

O cálculo para o terceiro trimestre considera a variação de 0,1% e já incorpora o Censo 2022, com ritmo mais lento de crescimento populacional e um país com 203,1 milhões de pessoas. O aumento da população por ano agora fica em 0,45%, ou 0,11 % no trimestre. Pelas projeções populacionais anteriores ao Censo, essa velocidade era de 0,68% por ano, ou 0,17% por trimestre.

O crescimento mais devagar da população "segura" o número de pessoas que precisam dividir a mesma economia. Ao mesmo tempo, no entanto, destaca Matos, confirma que o desafio de crescimento da economia está cada vez mais difícil no atual contexto de transição demográfica.

"O crescimento mais lento da população ajuda no resultado do **PIB** per capita, mas não dá para comemorar isso. É a armadilha de renda média a que o Brasil está preso, ainda precisa crescer o tamanho de sua economia porque o nível per capita é muito baixo. Parece que a situação está melhor, mas está cada dia mais difícil crescer. Agente agora tem uma maratona para o **PIB** crescer, tem que correr mais", afirma a economista.

O indicador de **PIB** per capita relaciona a riqueza de um país com o tamanho de sua população e funciona principalmente para comparar a situação de um país com outros. Há, no entanto, limitações, porque representa uma média e não contempla as desigualdades entre a população.

Com a transição demográfica, aponta Matos, há uma oferta menor de mão de obra jovem, o que aumenta a necessidade de se evitar o desperdício e ampliar a qualificação desses jovens. "Estamos envelhecendo

rapidamente e ainda com desafios de educação, a qualidade de aprendizado não avança tanto", diz ela, citando o resultado recém-divulgado do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa).

Neste contexto de preocupação com o capital humano, Silvia Matos defende a inclusão produtiva desses jovens, para evitar custo futuro do Estado com transferências de renda. Além disso, destaca que o perfil de crescimento de 2023, com queda de investimento, não é o de melhor qualidade quando se pensa no potencial de expansão futura da economia.

Um olhar mais positivo nesse debate, ressalta Matos, é sobre a produtividade, que voltou a subir neste ano, embora permaneça "anêmica". "Os dados foram melhores como um todo, mesmo sem agropecuária. A má notícia é que a produtividade é muito anêmica, tem muito a melhorar. Sem produtividade, não tem como manter crescimento contínuo do **PIB** per capita."

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/20231205/>

# Dólar cai e bolsa sobe com PIB local e emprego nos EUA

**Matheus Prado, Arthur Cagliari, Gabriel Roca, Victor Rezende e Gabriel Caldeira De São Paulo**

Enquanto a bolsa e os juros futuros de curto prazo encerraram o pregão de ontem em ligeira alta, sob impacto dos dados acima das expectativas de consenso do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil, o dólar recuou, alinhado ao comportamento da moeda no exterior, em meio aos indícios de que o mercado de trabalho dos Estados Unidos vem exibindo algum arrefecimento.

A surpresa positiva com o **PIB**, segundo operadores, parece afastar o cenário de uma desaceleração mais pronunciada da economia no curto prazo, que poderia ampliar a pressão sobre o BC para acelerar os cortes de juros. Assim, o cenário se traduziu em uma redução marginal nas apostas de aumento no ritmo do afrouxamento monetário.

No mercado de opções digitais de Copom, a probabilidade implícita de um corte de 0,75 ponto percentual na decisão de janeiro do Banco Central caiu de 17% para 14%, enquanto a de um corte de 0,50 ponto subiu de 77% para 80%. A perspectiva também ficou refletida na curva de juros, já que as taxas curtas exibiram alta, enquanto as longas acabaram fechando em queda ou em níveis próximos da estabilidade. O DI para janeiro de 2025 subiu de 10,33% para 10,38%.

O crescimento do **PIB** brasileiro mais forte que o esperado também deu sustentação ao Ibovespa, que subiu 0,08%, a 126.903 pontos, impulsionado por ações do setor financeiro e sensíveis ao ambiente doméstico.

Nos Estados Unidos, o relatório Jolts exibiu uma redução do número de vagas abertas no mercado de trabalho, de 9,3 milhões em setembro para 8,733 milhões em outubro. O dado indica uma perda de ímpeto do emprego e pressões salariais menores, alimentando a percepção de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) poderá reduzir juros em breve.

Assim, o juro da T-note de dois anos caiu de 4,650% do ajuste anterior para 4,558%, enquanto a da T-note de dez anos recuou de 4,259% a 4,175%. O índice Dow Jones cedeu 0,22%, o S P 500 recuou 0,06% e o

Nasdaq subiu 0,31 %.

O dado dos EUA também deu suporte ao real, que se valorizou frente à moeda americana ontem. O dólar comercial fechou em queda de 0,45%, a R\$ 4,9256. Marcei Yagui, gestor de moedas da BlueLine, diz ter visão construtiva sobre a moeda brasileira e vê espaço para o aumento de apostas otimistas no real neste fim de ano. "O mercado está com certo receio com câmbio por conta do fim do ano, com as saídas sazonais pelo fluxo financeiro, com pagamento de dividendos e envio de lucros para o exterior. Mas achamos que é uma oportunidade até para aumentar posições compradas", diz.

Na visão do estrategista-chefe da RB Investimentos, Gustavo Cruz, os bancos centrais podem acabar cortando mais os juros do que está atualmente precificado pelo mercado. "O clima mudou bem rápido no mercado, de um pessimismo exacerbado para expectativa por um corte iminente pelo Fed. Agora temos uma acomodação e acredito que a realidade esteja no meio do caminho. Os BCs devem acabar cortando mais do que o que está precificado no mercado, mas vai demorar mais. E o mercado não gosta de esperar", afirma.

Já para o economista-chefe do BV, Roberto Padovani, o ambiente de maior incertezas econômicas à frente tanto no Brasil quanto no mundo deve aumentar a volatilidade financeira no próximo ano, o que deve se materializar em um câmbio mais depreciado. Ele espera que o dólar suba a R\$ 5,30 no fim de 2024, após encerrar este ano em R\$ 5, em um cenário que abarca uma redução do diferencial de juros; taxas globais ainda elevadas; e dúvidas sobre a gestão fiscal e monetária no Brasil.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187731>